



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 16/2021

Período: 15/05/2021 - 21/05/2021

GEDES – UNESP

- 1- Depoimento do ex-ministro Pazuello na CPI da Pandemia
- 2- Ex-ministro das Relações Exteriores culpa general Pazuello por decisões durante pandemia
- 3- Forças Armadas publicaram informações de generais do Exército por engano
- 4- Jornalista comparou general Braga Netto a personagem de Os Sertões
- 5- Comunidade indígena Yanomami pede ajuda do Exército contra ataque de garimpeiros
- 6- General Ramos articulou e assinou lei que viabilizou “orçamento secreto”
- 7- “Teto duplex” poderá dobrar vencimentos de militares no governo
- 8- Periódico indicou 5 filmes sobre a ditadura militar disponíveis em serviços de *streaming*

1- Depoimento do ex-ministro Pazuello na CPI da Pandemia

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concedeu ao ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, um *habeas corpus* preventivo para que pudesse permanecer em silêncio durante seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19. O pedido foi protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e garantiu ao militar a prerrogativa de responder apenas "tudo o que souber ou tiver ciência sobre fatos relacionados a terceiros", reconhecendo a possibilidade do general "incorrer em autoincriminação", tendo em vista que "já responde a uma investigação, no âmbito criminal, quanto aos fatos que, agora, também integram o objeto da CPI". O *Estado de S. Paulo* lembrou que o inquérito que investiga a atuação do então ministro no colapso da rede pública de saúde em Manaus, tramitava no STF, mas foi enviado à Justiça Federal do Distrito Federal "após Pazuello perder o cargo e a prerrogativa de foro". De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a AGU argumentou que Pazuello "possui justo receio de sofrer constrangimentos", se referindo ao ocorrido no depoimento do atual secretário-executivo do Ministério das Comunicações Fabio Wajngarten, em que senadores aventaram a possibilidade de prendê-lo em flagrante por mentir em seu testemunho. Quanto ao depoimento, de acordo com *O Estado, Correio e Folha*, o ex-ministro da Saúde se contradisse diversas vezes e tentou proteger o presidente da república, Jair Bolsonaro. O relator da CPI, senador Renan Calheiros, chegou a propor a contratação de uma agência de checagem de fatos, alegando que o general “mentiu muito” em seu depoimento. Pazuello alegou ter sido informado sobre a falta de oxigênio no estado de Manaus apenas

no dia 10/01/21, e que foram apenas três dias de desabastecimento. Diante dessa declaração, o senador Eduardo Braga rebateu o ex-ministro, afirmando que a falta de oxigênio no estado durou mais de 20 dias. Além disso, Pazuello afirmou que Bolsonaro negou a intervenção federal na crise de oxigênio após supostamente ter ouvido do governador Wilson Lima que a mesma não seria necessária. Porém, em nota ao *Estadão*, o governo do Amazonas negou ter recusado “qualquer tipo de ajuda”. O ex-ministro foi novamente contestado quando disse ter respondido às cartas da empresa Pfizer: na tentativa de isentar o presidente, negou ter recebido ordens para desfazer qualquer acordo com o Instituto Butantan para comprar a vacina CoronaVac, produzida em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. No entanto, em entrevista coletiva, Bolsonaro declarou publicamente ter ordenado o cancelamento do protocolo de intenções de compra da vacina. O Planalto avaliou o depoimento do general como “satisfatório”, enquanto a CPI considerou realizar uma acareação entre Pazuello e as demais testemunhas, para esclarecer as contradições. Dentre elas, o ex-ministro declarou que o projeto-piloto “TrateCov”, sistema que supostamente auxiliava os profissionais da saúde a diagnosticar a doença, não chegou a sair da pasta. No entanto, o aplicativo chegou a ficar disponível para os médicos de Manaus. A plataforma foi alvo de uma grande repercussão, visto a prescrição do chamado “kit-covid”. Além da declaração, o general reiterou que foi Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, quem levou a proposta do aplicativo, e liderou a criação da plataforma. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, afirmou que o relatório final pode indicar “pelo menos estes três crimes: homicídio culposo, homicídio doloso e crime contra a ordem sanitária”. (Correio Braziliense - Política - 15/05/21; Correio Braziliense - Política - 20/05/21; Correio Braziliense - Política - 21/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 16/05/2021; Folha de S. Paulo - Opinião - 18/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/05/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 15/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/05/21)

2- Ex-ministro das Relações Exteriores culpa general Pazuello por decisões durante pandemia

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em depoimento à CPI da Pandemia de Covid-19, “empurrou a culpa” das decisões em relação a vacinas, insumos, protocolos médicos e negociações com nações estrangeiras, assim como consórcios de vacinas para o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Segundo os periódicos, o ex-chanceler afirmou que foi de Pazuello a decisão de entrar tardiamente na Covax Facility, consórcio da Organização Mundial da Saúde (OMS) para distribuição de vacinas, e a decisão de não realizar um pedido maior, que poderia imunizar até 50% da população. Quanto ao medicamento cloroquina, o ex-ministro afirmou que o Itamaraty agiu apenas para buscar no exterior insumos destinados à produção do remédio, mas que foi o Ministério da Saúde que pediu para viabilizar a importação: “A linha seguida pelo Itamaraty foi sempre de atuar a partir daquilo que era requerido, basicamente, pelo Ministério da Saúde”, destacou Araújo. Segundo o relator da CPI, senador Renan Calheiros, Araújo “(...) enfatizou que todas as iniciativas da política externa aconteceram em função de decisões e influência do Ministério

da Saúde”. Ao dizer isso, ele transfere o ônus da responsabilidade ao ex-ministro Pazuello, diretamente, sem subterfúgios”. (Correio Braziliense – Política - 19/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 19/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/05/21)

3- Forças Armadas publicaram informações de generais do Exército por engano
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, um livreto confidencial contendo informações pessoais de generais do Exército Brasileiro como nomes, números de telefone, nomes das esposas e de auxiliares, foi publicado na internet pelas Forças Armadas por engano. Os dados haviam sido disponibilizados integralmente na plataforma de livros digitais Camaléo, e foram retirados quando a agência Núcleo Jornalismo contatou os militares sobre o problema. Em nota, o Exército afirmou que o arquivo data de antes do início da pandemia, e que "possui normas e realiza orientações para segurança de tecnologia da informação e comunicação". (O Estado de S. Paulo - Economia - 15/05/21)

4- Jornalista comparou general Braga Netto a personagem de Os Sertões
Em coluna para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy comparou o general Walter Braga Netto, atual ministro da Defesa, ao personagem do coronel Tamarindo, da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Assim como Tamarindo, o militar "não suportava as responsabilidades, que o oprimiam". Para Godoy, Braga Netto entrou no governo Bolsonaro tendo duas grandes missões que já premeditavam o seu fracasso: “assumir o comitê de combate à covid-19 e assinar a demissão do delegado Maurício Valeixo, da direção da PF [Polícia Federal]”. Em relação à pandemia, Braga Netto sempre se mostrou desacreditado nas medidas sanitárias que eram previstas por autoridades internacionais. Em uma das passagens do texto, Godoy lembrou quando o general mostrou para a comitiva de imprensa um gráfico que tinha o intuito de minimizar os impactos da doença no Brasil. O nome do general está envolvido na mudança da bula da cloroquina como meio de incentivar o uso do medicamento como profilaxia da doença. Essas e outras atitudes pontuadas por Godoy na coluna justificariam o convite ao ministro para depor na CPI da Pandemia. Por fim, o colunista mencionou o depoimento do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Em uma analogia, afirmou que se Pazuello fosse pedir um conselho a seu chefe, ouviria “uma versão renovada da boutade do coronel Tamarindo: ‘É tempo de CPI; cada um cuide de si.’” (O Estado de S. Paulo - Política - 17/05/21)

5- Comunidade indígena Yanomami pede ajuda do Exército contra ataque de garimpeiros

Conforme noticiaram os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a comunidade indígena Yanomami que vive em Roraima tem sido alvo de ataques de garimpeiros e pediu ajuda à 1ª Brigada de Infantaria da Selva do Exército. O alerta foi emitido pelo vice-presidente da Associação Yanomami Hutukara, Vitória Kopenawa Yanomami, que solicitou apoio emergencial e a instalação de um posto avançado na comunidade de Palimiu e no rio Uraricoera, além de apoio logístico do Exército para ação dos demais órgãos a fim de garantir segurança no local e impedir que os garimpeiros continuem a chegar na comunidade. A comunidade tem sido atacada por tiros e bombas de gás lacrimogêneo, resultando em mortes na comunidade. De acordo com a *Folha*, agentes da

Polícia Federal e homens do Exército permaneceram no local apenas por poucas horas, no aguardo de um helicóptero do Exército. O Comando Militar da Amazônia (CMA) informou através de sua assessoria que "o helicóptero solicitado pela Polícia Federal foi prontamente disponibilizado, e a missão dos agentes da Polícia Federal foi cumprida. A partir de agora, o Exército Brasileiro aguarda as investigações das autoridades competentes e novas demandas dos órgãos responsáveis para prosseguir no apoio". Posteriormente ao primeiro ataque, a Polícia Federal retornou ao local e trocou tiros com os garimpeiros. A comunidade Yanomami segue pedindo ajuda às autoridades para proteger o território da etnia. (Correio Braziliense - Brasil - 18/05/21; Correio Braziliense - Opinião - 18/05/21; Correio Braziliense - Brasil - 20/05/21; Folha de S. Paulo - Ambiente - 18/05/21;)

6- General Ramos articulou e assinou lei que viabilizou “orçamento secreto”

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o atual ministro da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos, participou diretamente da articulação do “orçamento secreto”, denominado “Tratoração” e sozinho assinou a lei que criou a emenda RP9 quando chefiava a Secretaria de Governo. A articulação política do general Ramos viabilizou um mecanismo de distribuição de R\$ 3 bilhões com o objetivo de favorecer aliados do presidente da República, Jair Bolsonaro. Conforme o periódico, Ramos utilizou mecanismo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Congresso Nacional, antes vetado por Bolsonaro sob recomendação do ministério da Economia por afetar as metas fiscais. Ademais, *O Estado* destacou que a influência e articulação de Ramos permanecem na Casa Civil e o “orçamento secreto” contribuiu com as vitórias dos atuais presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, aliados do governo. Ao jornal, o general negou que tenha assinado o orçamento e que a RP9 foi iniciativa do Congresso. As negociações, destacou o jornal, ocorreram no gabinete do general na Secretaria do Governo. Em coluna ao *Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde salientou que a finalidade do “orçamento secreto” é a compra de votos e que a participação direta e aval do Planalto não permite surpresas quanto ao envolvimento de Ramos, já que ele desempenhava a função de “articulador político do governo”. Para a colunista, a surpresa está no fato de ser um general “quatro estrelas” da reserva. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 18/05/21)

7- “Teto duplex” poderá dobrar vencimentos de militares no governo

Em coluna ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o economista Pedro Fernando Nery discorreu sobre a intenção da presidência da República de utilizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para aumentar os salários de generais da reserva que exercem cargos no governo. O entendimento do STF e do TCU é de que o teto salarial de servidores, hoje estabelecido em R\$39,2 mil, quando aplicado aos aposentados que continuam exercendo serviço público remunerado, deve referenciar os dois vencimentos separadamente e não acumulados. Ou seja, o limite salarial se aplica a cada um dos vencimentos – salário e aposentadoria –, podendo haver o acúmulo de ambos, razão pela qual é chamado de “teto duplex”. Nestes casos, o limite passa a se aproximar de R\$80 mil, o que representa, no caso dos militares, cerca de 70 vezes o salário de um recruta. Nery apontou a contradição que há no caso de generais que venham a ser beneficiados com este

entendimento. Isto porque, historicamente, militares se utilizam do argumento de jamais se aposentarem para não serem incluídos em regras previdenciárias, como idade, anos e valor de contribuição. O colunista destacou que a categoria não contribui com a previdência sob a premissa de que, ao invés de se aposentar, passam à categoria da reserva recebendo o salário integral mais alto, podendo ser convocados a qualquer momento. Se utilizado o “teto duplex”, aumentarão os salários do presidente, do vice-presidente e dos generais que compõem o atual governo. Segundo Nery, especialistas apontam que o vice-presidente, general Hamilton Mourão, passaria a receber R\$63 mil de salário; os ministros Walter Braga Netto, da Defesa, R\$62 mil; Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), R\$63 mil; e Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, R\$66 mil. Ademais, o economista destacou que a decisão do STF não contemplaria militares porque está embasada em anos de contribuição previdenciária, o que exclui a categoria, já que alegam que passar para a reserva não significa aposentadoria. Para Nery: “Portaria do teto duplex distorce decisão do STF em benefício de generais”. (O Estado de S. Paulo - Economia - 18/05/21)

8- Periódico indicou 5 filmes sobre a ditadura militar disponíveis em serviços de streaming

O periódico *Folha de S. Paulo* fez uma lista indicando 5 filmes sobre o regime militar disponíveis em serviços de *streaming*. Dentre eles, o filme “Batismo de Sangue”, que retrata a repressão contra frades dominicanos que deram suporte à luta civil armada contra a ditadura brasileira, disponível para assistir na plataforma *Amazon Prime Video*. O segundo na lista é o filme “O Dia que Durou 21 Anos”, que relata o apoio dos Estados Unidos ao golpe de 1964 – disponível para compra no site *Youtube*. O terceiro filme é o “Fico Te Devendo Uma Carta Sobre o Brasil”, que retrata a história de três gerações da família Benjamin na luta contra o regime militar, disponível no *Globoplay*. A quarta obra da lista é o documentário “Narciso em Férias”, que relata, em entrevista, o período de 54 dias em que o cantor Caetano Veloso ficou preso durante a ditadura. A última produção audiovisual da lista é o filme “O que É Isso Companheiro?”, o qual representa o sequestro do embaixador dos Estados Unidos em 1969 pelos grupos de esquerda MR-8 e Ação Libertadora Nacional, opositores da ditadura. Estas duas últimas obras estão disponíveis na plataforma *Globoplay*. (Folha de S. Paulo - Guia - 21/05/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).